



## **Sistematização de experiências em agroecologia: o aprendizado metodológico da Plataforma Agroecologia em Rede (AeR).**

*Systematization of experiences in agroecology: the methodological learning of the Platform Agroecologia em Rede (AeR)*

BLAZOTI, André R.<sup>1</sup>; LOPES, Helena R.<sup>2</sup>; VIANA, Priscila<sup>3</sup>; SILVA, Beatriz Cancian<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Agroecologia em Rede (AeR), andreiblazoti@gmail.com; <sup>2</sup> Agroecologia em Rede (AeR), helenaeeco.agro@gmail.com; <sup>3</sup> Agroecologia em Rede (AeR), priscilaviana@gmail.com; <sup>4</sup> Agroecologia em Rede (AeR), bibiscancian@gmail.com

### **RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA**

#### **Eixo Temático: Construção do Conhecimento Agroecológico**

##### **Resumo**

A plataforma Agroecologia em Rede (AeR) foi criada nos anos 2000 para registrar, sistematizar e dar visibilidade às experiências de agroecologia existentes no Brasil e na América Latina. Em seus mais de 20 anos de existência, a plataforma concentrou mais de 4.000 cadastros, que variam entre experiências agroecológicas, organizações e redes. A organização e sistematização dessas informações têm contribuído com a análise e aprimoramento de políticas públicas de apoio à agricultura familiar e a agroecologia, com a construção de conhecimentos sobre a temática e também no desenvolvimento de processos de mapeamento e produção de dados junto às redes territoriais. Por meio do acompanhamento dos 12 mapeamentos realizados nos últimos quatro anos, será apresentada a construção metodológica e os principais resultados atingidos, assim como reflexões no âmbito da construção do conhecimento agroecológico e do fortalecimento do trabalho em rede.

**Palavras-chave:** mapeamento; plataforma digital; construção do conhecimento agroecológico.

**Keywords:** mapping; digital platform; construction of agroecological knowledge

##### **Contexto - histórias e reestruturação do AeR**

O sistema Agroecologia em Rede (AeR)<sup>1</sup> foi concebido no início da década de 2000 no âmbito de um projeto sobre plantas nativas medicinais do Nordeste, realizado em parceria entre a Organização Não Governamental (ONG) AS-PTA e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Nesse primeiro momento, a proposta era a criação de um banco de dados acessível pela internet para cadastrar e disponibilizar boletins com sistematizações de experiências em agroecologia, uma metodologia concebida originalmente pela AS-PTA para aprimorar e intensificar os fluxos de informações entre agricultores(as)-experimentadores(as) no território da Borborema/PB. A ideia do AeR surgiu quando um conjunto de organizações de diferentes estados do Nordeste passou também a adotar a prática de sistematizar experiências em boletins para apoiar processos de construção do conhecimento agroecológico nos seus respectivos territórios de atuação. Por meio da plataforma online, os boletins elaborados passaram a ser compartilhados para facilitar a

<sup>1</sup> O site do AeR pode ser acessado em [www.agroecologiaemrede.org.br](http://www.agroecologiaemrede.org.br)



comunicação com e entre as redes territoriais, fortalecendo a articulação entre organizações do campo agroecológico na região.

Por ocasião do II Encontro Nacional de Agroecologia (II ENA), em 2006, foi realizado um mutirão nacional para identificação de experiências em agroecologia. Esse esforço compartilhado por movimentos, redes e organizações vinculados à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) resultou em um banco de dados com mais de 1.100 experiências georreferenciadas que permitiu a composição do Mapa Nacional das Expressões da Agroecologia. As experiências foram classificadas segundo seus temas mobilizadores e segundo as identidades socioculturais de seus agentes protagonistas.

Nesse mesmo período, outras iniciativas de mapeamento de experiências vinham sendo realizadas por outras redes e movimentos sociais engajados nas lutas por democracia e sustentabilidade no Brasil. Um deles era o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, lançado em 2010 como resultado de um projeto desenvolvido em conjunto pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pela ONG FASE, com o apoio do Ministério da Saúde. Além da identificação de conflitos territoriais, esse mapa apresentava análises críticas na perspectiva da defesa dos direitos humanos fundamentais, das lutas pela redução das desigualdades, da promoção da saúde coletiva e do fortalecimento da democracia. Outra iniciativa relevante foi a do Farejador da Economia Solidária, lançado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária, em 2009, com o objetivo de favorecer a criação de redes de economia solidária no país.

Com a realização do I Encontro Nacional de Diálogos e Convergências entre Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo, em Salvador/BA, em 2011, foi amadurecida a ideia de criação de uma plataforma Intermapas, como resultado do processo de integração de três bancos de dados: Agroecologia em Rede; Cirandas (derivado do Farejador da Economia Solidária); e Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde. O Intermapas materializou o interesse e compromisso de elaborar e estimular o uso de mapas que expressassem as diferentes dimensões das lutas territoriais e articulação entre redes e movimentos.

Nos quatro anos entre o terceiro e o quarto ENA, dois importantes projetos de sistematização de experiências foram realizados pela Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) e pela ANA. O projeto de Sistematização de Experiências dos Núcleos de Agroecologia, executado entre 2015 e 2017 que sistematizou os aprendizados dos núcleos de agroecologia presentes em todas as regiões do país. Paralelamente, no âmbito da ANA, foi realizada uma sistematização sobre as Redes Territoriais de Agroecologia apoiadas pelo Programa Ecoforte. Estes dois projetos inspiraram a retomada do desenvolvimento do AeR como uma plataforma de construção do conhecimento agroecológico e fomentador da ecologia de saberes. Assim, no IV ENA, com o apoio da Fiocruz, a plataforma foi relançada após profundas alterações na sua interface, consolidando diversos aprendizados



metodológicos para a realização de mapeamentos e sistematização de experiências em agroecologia.

### **Descrição da experiência**

Entre 2018 e 2021, o AeR iniciou um processo de reestruturação, por meio de uma cooperação técnica com a Fiocruz. Esse processo visava retomar os processos de reflexão sobre a construção do conhecimento a partir da sistematização de experiências agroecológicas nos territórios, partindo do acúmulo histórico que a plataforma já possuía e buscando aprimorar suas formas de visualização dos dados cadastrados. Em 2018, a plataforma era, essencialmente, um sistema de busca no banco de dados, onde os cadastros eram feitos de forma livre por meio de um formulário padrão. Desde 2011, havia pouco estímulo a novos cadastros e a plataforma se encontrava estagnada, sem novos desenvolvimentos técnicos. A partir de 2018 o redesenho da plataforma se deu a partir de três perspectivas combinadas: institucional, técnica e metodológica.

O primeiro passo do processo de reestruturação foi compreender o ancoramento institucional da plataforma, buscando consolidar as organizações ou redes que seriam diretamente responsáveis pelo seu desenvolvimento. Por meio de diálogos e articulações, o AeR foi reconhecido como fruto de um esforço coletivo animado pela ANA, pela ABA-Agroecologia, pela Fiocruz e pela Cooperativa Eita, amparado por um conjunto de outras redes e organizações. Os esforços feitos por meio da cooperação técnica possibilitaram a contratação de uma secretaria executiva para o AeR para concentrar os esforços de desenvolvimento da plataforma, animando os processos, ativando as redes e organizações e garantindo a integração entre as frentes de trabalho. Atrelado à secretaria executiva, foi constituído um Núcleo Operativo Político Pedagógico (NOP), com foco na articulação política da plataforma, acompanhando de perto as frentes de trabalho e tomando decisões estratégicas. Além disso, também foi constituída uma equipe de comunicação, de forma a divulgar os resultados dos mapeamentos realizados pela plataforma.

Outro passo na reestruturação do AeR foi a construção de uma carta de princípios e diretrizes, que busca apresentar o compromisso ético e comunicar aos parceiros o desenho e o funcionamento da plataforma AeR. Ao participarem cadastrando suas experiências ou construindo novos processos de mapeamento, é esperado das organizações e redes que partilhem esses princípios. Esses princípios se referem a reconhecer o AeR como um ambiente de diálogos e convergências políticas entre as redes, organizações, movimentos sociais e coletivos, de forma a aproximar iniciativas, impulsionar ações e tecer um ambiente de permanente colaboração.

A metodologia de cadastro no AeR também amadureceu durante o processo de reestruturação. Foi desenvolvida uma metodologia denominada Ciclo de Mapeamento, que tem buscado envolver as organizações e redes no processo de mapeamento e garantir uma melhor gestão das informações. Assim, o cadastro no AeR passou a ser realizado de acordo com propostas de mapeamento e pesquisa específicos, onde se pressupõe a existência de uma curadoria responsável pelo desenvolvimento dos instrumentos de coleta de dados, pela determinação dos



prazos e métodos de mapeamento e pela garantia de processos coletivos de pesquisa, devolutiva e comunicação. A estrutura do AeR busca estimular processos autônomos e autogeridos para a realização de pesquisas e mapeamentos, daí a importância da curadoria nessa condução.

O Ciclo de Mapeamento consiste em 4 fases distintas. A Fase 1 é a preparação do instrumento de pesquisa e formação do grupo de Curadoria. Nesta etapa, é formado um grupo com representantes de organizações e coletivos, responsável por desenvolver, monitorar e avaliar cada etapa do processo de gestão e sistematização dos dados de um mapeamento específico. A Fase 2 é o planejamento e lançamento do mapeamento. A Fase 3 é o acompanhamento e cuidado pelos dados que estão sendo alimentados na plataforma. Ao final desta etapa, é feito um mergulho nos dados, para criar relatórios e análises sobre a realidade que foi observada. A Fase 4 é a devolutiva dos resultados finais do mapeamento. Este é o momento de retornar aos territórios e às organizações parceiras o que foi identificado, quais são os anúncios e quais são as denúncias que permeiam as experiências cadastradas.

O AeR possui modelos de formulários de quatro categorias distintas, experiências, organizações, redes e dispositivos de ação coletiva, com as informações básicas necessárias para garantir o cruzamento entre todos mapeamentos realizados na plataforma. Essas perguntas comuns dos modelos de formulários se referem a características básicas de todo cadastro, como nome, localização, tema, abrangência, identidades de cadastro. É possível adicionar novas perguntas ao formulário, de acordo com a especificidade de cada mapeamento realizado e com o interesse de pesquisa, tarefa esta de responsabilidade da curadoria.

A Árvore Temática do AeR é um exemplo importante no âmbito da construção do conhecimento agroecológico pela plataforma, uma vez que reflete um esforço de diversas reuniões virtuais realizadas entre junho e setembro de 2019 que reuniram representantes da ANA, ABA-Agroecologia e da Fiocruz, além de pesquisas sobre os eixos temáticos que organizaram as últimas três edições do Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBAs) e os assuntos que estruturam os Seminários Temáticos dos últimos ENAs. Apesar de não ser definitivo, o conjunto de 19 temas propostos na Árvore Temática do AeR é uma importante forma de referenciar as diversas conexões que a agroecologia possui com outras dimensões da vida.

O AeR contou com a construção de um novo site, mais interativo e com mais informações sobre a plataforma, que possibilita a consulta ao banco de dados dos mais de 4.500 cadastros e a aplicação de diversos filtros para a realização de pesquisas específicas. A plataforma possibilita visualizar os dados de três formas distintas: mapa, ficha dos cadastros e panoramas, que são agregados de dados específicos em gráficos interativos. Cada cadastro possui uma página específica e a publicação das informações segue a Lei Geral de Proteção e Uso de Dados (LGPD) e só é feita com o consentimento da pessoa responsável no momento do cadastro, com restrição às informações pessoais e sensíveis.



A nova inteligência da plataforma é, dessa forma, fruto de movimentos articulados, combinando os conhecimentos tecidos cotidianamente nos territórios pelas experiências agroecológicas e o desenvolvimento técnico e tecnológico do banco de dados e do site. Tais dimensões colocam em evidência a multidisciplinaridade e as distintas escalas da vida associadas à construção do conhecimento agroecológico. Talvez, resida neste aspecto um dos principais trunfos da agroecologia e da própria ferramenta do AeR: capacidade de reconhecer e transitar entre diferentes formas de produzir e compartilhar conhecimentos.

### **Resultados: reflexões sobre experiências e políticas públicas**

Nos últimos quatro anos, o AeR esteve envolvido em 12 mapeamentos. Coloca-se em destaque e em análise aqui quatro destes mapeamentos que evidenciam, por meio da ação de redes, organizações da sociedade civil, grupos de pesquisa e universidades, a relação intrínseca entre mapeamento de experiências e a constituição de políticas públicas.

Durante a pandemia de Covid-19, foi realizado por meio de uma articulação envolvendo 13 organizações (entre ONGs, universidades e grupos de pesquisa) um mapeamento nomeado de “Ação Coletiva Comida de Verdade”. A proposta envolveu identificar experiências de organizações, grupos e movimentos sociais que vinham viabilizando a entrega de alimentos para as populações em situação de vulnerabilidade durante a pandemia. O mapeamento levantou mais de 300 experiências naquele período, evidenciando as estratégias tecidas pela sociedade civil organizada diante de um cenário de completa irresponsabilidade do Estado. As experiências, por sua vez, apresentavam estratégias sólidas de caminhos para construção de políticas públicas e enfrentamentos à fome e também à própria pandemia de Covid-19, por meio da distribuição de máscaras e produtos de higiene.

Tais achados revelam ainda como existe um profundo desconhecimento por parte do Estado e da própria sociedade das estratégias tecidas cotidianamente e de forma popular. O apoio adequado dessas ações viabilizaria sua ampliação, favorecendo diretamente o enfrentamento de desigualdades. Isso também foi explicitado durante dois outros mapeamentos realizados. O primeiro, intitulado “Municípios agroecológicos e políticas públicas de futuro”, foi realizado em 2021 pela ANA, durante as eleições municipais e teve como foco o levantamento de políticas públicas municipais de apoio à agroecologia. Foram identificadas mais 723 políticas públicas, envolvendo, por exemplo, apoio à produção de alimentos e de acesso a sementes, garantia de segurança alimentar por meio de estruturação de feiras e apoios a restaurantes populares e enfrentamento à violência de gênero.

O montante de políticas públicas identificado abriu debates no âmbito da ANA e de suas redes integrantes sobre a necessidade de aprofundar e conhecer melhor as características, potencialidades e desafios dessas políticas. Assim, em 2022 foi iniciado um processo de incidência política, “Agroecologia nos municípios” em 38 municípios brasileiros, a fim de oportunizar diálogos e influenciar decisões no executivo e legislativo municipal. Essas ações foram desenvolvidas por meio de consultorias locais e com apoio de múltiplas redes, com atuação nacional, estadual



e local. Todo o processo foi acompanhado pela plataforma AeR de forma a constituir um banco de informações sobre cada uma, além de leituras mais transversais.

Este arranjo combinando, primeiro, um levantamento sobre políticas públicas (Municípios agroecológicos e políticas públicas de futuro), e depois um processo de incidência (Agroecologia nos municípios), coloca em evidência a importância do processo de identificação de experiências para a constituição do movimento agroecológico. As ações de fomento, desenvolvimento e constituição de políticas devem ser pautadas a partir do que já tem sido colocado em prática nos territórios. Trata-se não somente da invenção de novos programas e estratégias por parte do poder público, mas do reconhecimento e do adensamento daquilo que, em alguns territórios, tem sido praticado há gerações e que já aponta caminhos possíveis de superação de desigualdades.

A identificação do que tem sido produzido e desenvolvido nos territórios é parte também do mapeamento conduzido pela Articulação Paulista de Agroecologia (APA) e pela Articulação Mineira de Agroecologia (AMA). Em ambos os casos trata-se da identificação de experiências de abastecimento e produção agroecológica e orgânica. Além da identificação das experiências propriamente, o processo tem sido identificado como importante catalisador da própria rede. No caso da APA, o mapeamento tem intensificado o processo de mobilização para o encontro estadual de agroecologia, etapa preparatória para o Congresso Brasileiro de Agroecologia, e auxiliado no reconhecimento de referências regionais para ampliação e aprofundamento das conexões entre as experiências no estado.

De forma breve, os diferentes mapeamentos sugerem o fortalecimento do campo agroecológico a partir da “unidade das experiências” e como as políticas públicas de apoio à agroecologia devem se valer dessa premissa. Isso sugere um importante aspecto associado à agroecologia, como ela se realiza e ganha vida a partir da pluralidade, das diferentes formas como é exercitada nos territórios, dos diferentes contornos que toma a partir dos biomas, dos contextos e por quem a pratica.

### **Conclusões**

O desenvolvimento da plataforma AeR desde a década de 2000 e os recentes processos de reestruturação apresentam a relação entre a ampliação de bancos de dados em agroecologia, a partir da combinação de conhecimentos das experiências realizadas cotidianamente nos territórios, e suas dimensões políticas indissociáveis: a agroecologia e sua ciência entremeada pela multidisciplinaridade. Tal aspecto, é ainda reforçado pela diversidade das experiências, quando elas mesmas apresentam múltiplos aspectos do que é, por exemplo, uma política pública de apoio à agroecologia ou uma experiência de enfrentamento à pandemia, combinando da distribuição de sementes crioulas à distribuição de máscaras e produtos de higiene para as populações vulnerabilizadas. Tais evidências sugerem a diversidade enquanto uma unidade fundamental do campo agroecológico. A revisão da proposta metodológica do AeR também tem buscado contribuir com essa perspectiva, criando um espaço de aprendizado coletivo, de organização de banco de dados da



agroecologia e de visualização das informações por meio de processos construídos e desenvolvidos “a serviço do movimento agroecológico”.